por RENATA MARIA COIMBRA LIBÓRIO¹

Rizzini, Irene (Coord); Rizzini, Irma; Naiff, Luciene & Baptista, Rachel (2007). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO

Ao ser convidada a elaborar a resenha de um livro a ser publicada na Rev. Ser Social nº 31 - “Política Social, criança e adolescente”, que pode abranger uma diversidade de áreas, baseei-me em minha experiência no acompanhamento de casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, e apresento a seguir apontamentos sobre o livro acima que considero indispensável para aqueles profissionais que visem uma proteção integral a esses segmentos da população e que vivenciam os desafios abordados no livro em questão.

O livro coordenado pela profa Dra Irene Rizzini, docente do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO e Diretora do CIESPI, nasceu a partir de um convite feito pelo UNICEF-Brasil para a realização de uma pesquisa que levantasse as iniciativas existentes em nosso país que visassem à promoção da convivência

¹ Doutora em Psicologia pela USP-SP e Pós-doutorado na Dalhousie University-Canadá na área do Desenvolvimento Humano em Situação de Risco; Profa. do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP/Campus de Presidente Prudente.

familiar e comunitária de crianças e adolescentes. O ponto central do livro refere-se ao direito de todas as crianças e adolescentes de crescerem em família, na comunidade e sem violência, seguindo os paradigmas enunciados desde a Constituição Federal de 1988. Cabe destacar a importância da produção da Profa Irene Rizzini no tocante a discussões sobre políticas públicas na área da infância e às dimensões históricas da institucionalização em nosso país, de forma que o presente livro apresenta uma certa continuidade à publicação de “A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente” (2004).

O objetivo principal do livro “Acolhendo crianças e adolescentes” é possibilitar a reflexão sobre essas iniciativas em curso no Brasil, a partir da escuta dos profissionais que as desenvolvem, considerando que muitos estejam propondo e desenvolvendo formas de acolhimento inovadoras, provocando mudanças no rumo do atendimento em nosso país, se contrapondo às práticas de institucionalização do passado. As autoras não buscam respostas e caminhos únicos para solucionar questões relativas ao acolhimento de crianças e adolescentes, mas esperam que as iniciativas pesquisadas e apresentadas no livro possam inspirar novas práticas que apostem no fortalecimento dos vínculos familiares.

O contexto da publicação da obra, em 2007, era bastante propício em função da intensidade dos debates em torno das diretrizes do “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária”, aprovado em dezembro de 2006.

O livro divide-se em 3 partes, sendo a primeira delas dedicada à discussão sobre “A família como direito fundamental”, na segunda parte, intitulada “Acolhendo crianças e adolescentes”, são apresentadas e analisadas as iniciativas que promovem a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes, a partir de 3 modalidades de acolhimento e na última parte, “Enfrentando os desafios: rumo

a políticas públicas” as autoras sintetizam os principais impasses, desafios e caminhos visando a garantia do direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, enfatizando a indispensabilidade da formação de redes de proteção às crianças, adolescentes e famílias em situações de adversidades.

Inicialmente são apresentadas algumas perguntas que guiam a o tema principal do livro, que embora sejam aparentemente simples, na verdade envolvem muitas variáveis e são de muita complexidade, e que considero o eixo principal sobre o qual se assentam as preocupações das autoras: “*como garantir o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*” em um país que sempre valorizou práticas de institucionalização como forma de resolver os problemas sociais? Frente a situações de violação de direitos das crianças e adolescentes, “*o que podemos fazer para evitar que sejam afastados de suas famílias e comunidades desnecessariamente*”, considerando práticas equivocadas de institucionalização do passado?

Respostas a essa questão não podem abrir mão de uma compreensão que reconheça as profundas desigualdades de renda e de oportunidades de vida digna em nosso país, que pode gerar situações de precariedade nas condições de vida de uma parte significativa da população, atingindo famílias que podem apresentar temporariamente, dificuldades de atender as necessidades básicas de seus filhos. No tocante a esse assunto, é fundamental que se desfaça um equívoco muito comum no entendimento da capacidade de famílias expostas a situação de pobreza: elas não devem ser vistas como incapazes de criar seus filhos e devido a isso eles estariam sendo melhor protegidos longe de suas famílias, consideradas “desestruturadas”, discurso ainda presente nas falas de muitos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes.

No decorrer do livro argumenta-se sobre a importância de fazermos o possível para evitar a retirada de uma criança ou adolescente do convívio com sua família de origem, e para que

possamos defender essa posição, é imprescindível olharmos para as competências das famílias na criação de seus filhos; para isso não podemos ignorar que torna-se um grande desafio para uma família, cuidar bem de seus filhos quando a elas não são acessíveis políticas públicas que assegurem condições mínimas de vida digna: emprego, renda e apoio para quando necessitarem. Portanto, nossa compreensão não deve ser a que reforça a incapacidade da família, mas devemos nos voltar para a fragilidade das redes de apoio e proteção às famílias que necessitam maior atenção das políticas públicas de inclusão social.

A forma de compreender essas intrincadas relações fundamenta as ações de muitos profissionais nas tomadas de decisões sobre o afastamento ou manutenção das crianças e adolescentes junto a suas famílias de origem, portanto, um ponto inicial a ser considerado.

As autoras deixam claro os pressupostos que norteiam a pesquisa realizada e as discussões apresentadas no decorrer do livro e que são muito pertinentes para aqueles que se defrontam cotidianamente com problemática tão árdua e que exige profissionalismo e sensibilidade. Dentre os pressupostos destaco: a criança e o adolescente precisam de uma família que os acolha, tendo direito a essa convivência, sendo que as famílias precisam de condições básicas para acolher e criar seus filhos, portanto, quando tais condições são precárias, o Estado tem obrigação de apoiar a família nesse papel. Quando as tentativas de mantê-las sob os cuidados de sua família de origem ou extensa se tornam inviáveis, devem existir alternativas de acolhimento a elas, que visem lhes dar segurança e estabilidade para seu desenvolvimento. As autoras condenam as práticas centenárias de institucionalização de crianças e adolescentes devido sua condição de pobreza, devendo o abrigo ser visto como a última medida.

O quadro mais amplo de desigualdade econômica vivido por muitas famílias em nosso país, é a base sobre a qual residem os problemas relativos a questão do acolhimento das crianças que tem

seus direitos violados não só pela própria família mas pelo Estado, que pode ser negligente e omissivo, quando não oferece políticas públicas e redes de proteção às famílias que dela necessitam.

O uso do termo “acolhimento” marca as diferenças entre as experiências relatadas no livro que prestam cuidados temporários às crianças e adolescentes fora de casa, mas que buscam promover seu direito a conviver com sua família e na sua comunidade, em comparação com as práticas de institucionalização que predominaram no passado, e que se caracterizavam como prática de “confinamento e segregação social”.

Na parte inicial do livro, as autoras descrevem os aspectos metodológicos da pesquisa, que contou com uma ampla revisão de literatura, buscando as iniciativas em desenvolvimento no Brasil que promovessem a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes, que se caracterizassem como inovadoras, bem como contou com entrevistas semi-abertas com as equipes que atuavam nos programas em foco. Foram contatadas pelos pesquisadores 30 iniciativas governamentais e não governamentais, distribuídas em 16 municípios nos Estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul.

Na parte II do livro, as autoras apresentam 3 modalidades possíveis de apoio e acolhimento, verificadas nas iniciativas pesquisadas:

- a) a modalidade “apoio à família no cuidado à criança e adolescente em situações adversas – acolhendo as famílias”, inclui as experiências de apoio às famílias que não tiveram seus filhos afastados do convívio familiar, abrangendo atendimento das famílias em serviços variados; tais iniciativas mostram que quando as famílias são inseridas em uma rede de proteção social, pode haver reversão do quadro, evitando-se a separação. O objetivo principal das iniciativas nessa modalidade é o acolhimento às famílias,

assentado na ideia e atitude de acolher e fortalecer os elos entre as crianças/ adolescentes, suas famílias e o meio a que pertencem. No capítulo 3 são apresentados o foco, os objetivos, as metodologias desenvolvidas, os profissionais envolvidos e os desafios encontrados.

- b) no Capítulo 4 são apresentadas as experiências intituladas como “acolhimento familiar” que visam garantir o direito a convivência familiar e comunitária, nos casos em que as crianças e adolescentes precisam ser afastadas do convívio com sua família de origem, buscando mantê-los em ambiente familiar provisório, que pode ocorrer na casa de familiares ou de outras famílias que se disponham a acolhê-las (modalidades de acolhimento realizado por programas oficiais). Ressalta-se que as famílias “acolhedoras” devem ser preparadas e acompanhadas como uma proposta de uma política pública, devendo receber incentivos financeiros. Uma das preocupações relativas a tal modalidade de acolhimento, relaciona-se a promoção de trabalho conjunto que englobe 3 agentes principais: a criança/adolescente, sua família de origem e a família que acolhe, considerando que o objetivo final é a reinserção das crianças e adolescentes na família de origem. As autoras apresentam em detalhes os profissionais envolvidos nas iniciativas, os aspectos legais envolvendo a guarda das crianças e adolescentes, formas de financiamento a metodologia de trabalho, explicitando uma sistematização das etapas do processo de acolhimento familiar, que possibilitam uma boa compreensão sobre as formas de implantação de propostas dessa natureza, podendo subsidiá-las.
- c) modalidade de “acolhimento institucional”, apresentada no capítulo 5, abarcando iniciativas nas quais crianças e adolescentes são enviadas para uma instituição, quando foram esgotados todos os esforços para mantê-la em sua casa, tendo como objetivo principal desenvolver estratégias

que garantam o seu retorno o mais rápido possível para um ambiente familiar. São descritas experiências de abrigos (governamentais ou não, que se contrapõem a grandes internatos e orfanatos do passado) que possuem esse perfil (diferente das propostas de institucionalização passadas que não visavam o retorno às famílias de origem) bem como iniciativas cujo objetivo é auxiliar abrigos no reordenamento institucional e reintegração familiar. Um entendimento que perpassa as iniciativas dessa modalidade é que os abrigos devem ter caráter provisório e excepcional. Dentre os desafios enfrentados pelas iniciativas, destacam-se: risco de descontinuidade do atendimento, em razão de mudanças políticas, que afetam prioritariamente abrigos que contam com subsídios governamentais; falta de retaguarda para atendimentos específicos na rede pública (psicoterapia, uso abusivo de drogas); problemas de articulação na rede de atendimento; dificuldades maiores em contemplar os adolescentes, principalmente a partir de 15 anos, devendo-se pensar em novas alternativas pois eles também têm direito à convivência familiar e comunitária e um dos maiores desafios relaciona-se aos casos que envolvem crianças e adolescentes com deficiências, quando as dificuldades e demandas multiplicam-se.

Nos capítulos finais, na Parte III, intitulada “Enfrentando os desafios: rumo a políticas públicas” as autoras discutem no capítulo 6 sobre a importância de haver ações articuladas em rede, de forma a promover um bom funcionamento do sistema de garantia de direitos, tendo em vista que uma das maiores dificuldades apontadas pelas equipes, consistia exatamente na falta de articulação entre os atores; além disso, um trabalho mais coletivo pode evitar descontinuidades impostas pela gestão pública.

No último capítulo, é feita uma síntese das principais ideias e são apresentados os impasses identificados e desafios a

serem enfrentados e repensados, relacionados a necessidade de articulação e interdisciplinariedade de ações e respostas (enfrentar os conflitos entre as iniciativas e as posturas do Judiciário e Conselhos tutelares; os encaminhamentos equivocados; lacunas da capacitação dos profissionais envolvidos), gestão e execução (clareza de responsabilidades e atribuições), continuidade de políticas públicas e a questão do acolhimento de crianças e adolescentes com deficiência. Além disso, as autoras apontam os caminhos para subsidiar políticas e práticas que promovam o direito a convivência familiar e comunitária, que ressaltam a necessidade de articular ações e decisões, estabelecimento de diálogo e reflexão crítica das práticas (constituir espaços de troca de experiências) e registro e avaliação das ações, utilizando-se das pesquisas como subsídios às políticas públicas, aspectos que pode ser incrementado através da parceria com as universidades.

Considero esse livro de importância incontestável para aqueles profissionais e gestores de políticas públicas voltadas às crianças, adolescentes e famílias em situações adversas, para que através do conhecimento possibilitado pelo livro, eles encontrem subsídios para elaboração de políticas e práticas que privilegiem a permanência de crianças e adolescentes junto a suas famílias de origem.

Finalizo essa resenha com um trecho retirado das páginas finais do livro e que sintetiza a tônica do mesmo:

“Por isso, por repetidas vezes falamos em fortalecimento destes elos (entre membros da família). E aqui, gostaríamos de deixar marcada a seguinte afirmação: em geral, as ações que conduzem ao afastamento da criança de casa são inadequadas e pouco efetivas na superação das dificuldades que levaram a situação de vulnerabilidade. Condições dignas de vida e formas consistentes de suporte para a criação de filhos poderiam evitar separações desnecessárias e fortalecer os elos entre crianças/adolescentes, família e meio a que pertencem” (p.128).